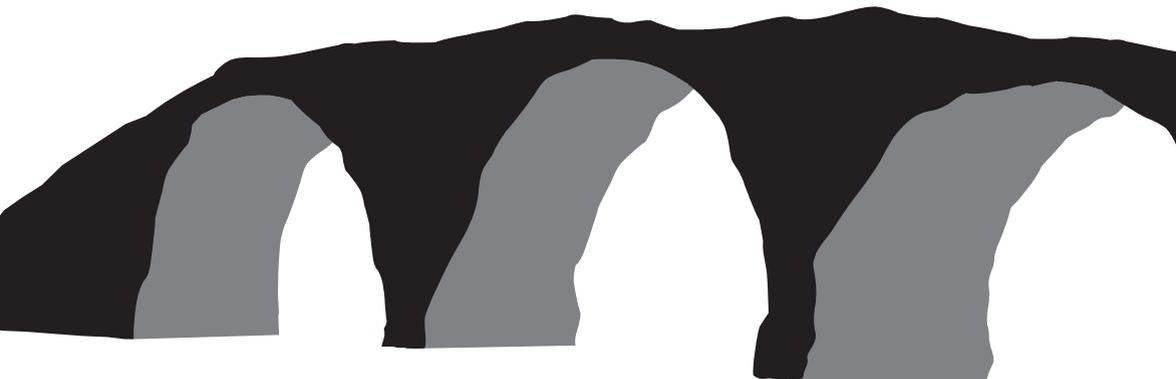


VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 8 | Número 2 | Julho – Dezembro 2014
ISSN 1981-5875

**O URBANO E A ARQUEOLOGIA:
UMA FRONTEIRA TRANSDISCIPLINAR**

**THE URBAN AND THE ARCHAEOLOGY:
A TRANSDISCIPLINARY FRONTIER**

Diogo M. Costa



Data de recebimento: 13/04/2014
Data de aceite: 20/06/2014

O URBANO E A ARQUEOLOGIA: UMA FRONTEIRA TRANSDISCIPLINAR

THE URBAN AND THE ARCHAEOLOGY: A TRANSDISCIPLINARY FRONTIER

Diogo M. Costa¹

RESUMO

A Arqueologia Urbana se diferencia das demais Arqueologias não só por pesquisar a história única de uma geografia singular, mas também por utilizar teorias e metodologias distintas. Por sua vez, a cidade é como um mosaico que muda constantemente ao longo do tempo e espaço, seja de forma ordenada ou irregular. Junto com estas transformações, os estudos que podem ser realizados sobre a vida da e na cidade multiplicam-se e se complementam. O presente texto apresenta vários destes conhecimentos, através de uma revisão bibliográfica sobre o tema, começando com retrospectivas históricas, passando pelas abordagens urbanísticas, e encerrando com as perspectivas arqueológicas.

Palavras-Chave: Arqueologia Urbana, Teoria e Metodologia, Estudos da Cidade.

RESUMEN

La Arqueología Urbana se diferencia de las demás Arqueologías, no sólo por la investigación de la historia única de una geografía singular, sino también, mediante el uso de diferentes metodologías y teorías. A su vez, la ciudad es como un mosaico que cambia constantemente con el tiempo y el espacio, en una forma ordenada o irregular. Junto con estas transformaciones, los estudios que se pueden realizar sobre la vida y en la ciudad, se multiplican y se complementan. Este artículo presenta varios de estos conocimientos, a través de una revisión de la literatura sobre el tema, a partir de las retrospectivas históricas, pasando por enfoques urbanísticos, y terminando con perspectivas arqueológicas.

Palabras clave: Arqueología Urbana, Teoría y Metodología, Los Estudios de la Ciudad.

1 Programa de Pós-Graduação em Antropologia / Universidade Federal do Pará – PPGA/UFPa, dmcosta@ufpa.br

ABSTRACT

Urban archaeology is different from other Archaeologies, not only because it researches the unique history of a singular geography, but also because it uses distinct theories and methodologies. In its turn, the city is a mosaic that changes constantly in time and space, in ordered or disordered forms. In addition, the studies conducted about life and living in the city are also multiple and complementary. This text presents a bibliographic review about the subject, beginning with historic retrospectives, following by urbanity approaches, and finishing with archaeological perspectives.

Keywords: Urban Archaeology, Theory and Methodology, Studies of the City.

A CIDADE COMO CAMPO DE ESTUDOS

Hoje, 3,9 bilhões de pessoas vivem em áreas urbanas, isto representa 54% da população mundial, e a previsão para 2050 é de que chegue a 2/3 da população (Nations, 2014). No Brasil mais de 85% da população vive em um dos seus 5.565 municípios, que englobam tanto a área urbana como rural. Entretanto, o urbanismo é fenômeno relativamente recente na humanidade, se comparado ao surgimento da linguagem, uso de artefatos, ou a estratificação social. Porém, ao mesmo tempo, o urbanismo é também uma transformação radical dos padrões de vida anteriores, estabelecendo centros de confluência e influencia em todas as sociedades, e está em pleno curso no nosso contemporâneo.

Mas por que estudar a cidade? Para as ciências humanas e sociais, a cidade pode ser observada como um laboratório privilegiado, único, e acelerado para análise das mudanças socioculturais. Desta forma, identificamos neste campo de estudo a concepção espacializada e temporal do sociocultural, e reciprocamente, a socialização e aculturação do espaço ao longo do tempo. O estudo sistematizado das cidades já ajudou a derrubar vários tabus, como a concepção de “desorganização” do espaço urbano, ou mesmo o desentendimento das cidades como portadoras e geradoras de culturas específicas.

A antropologia, assim como a arqueologia, também estuda as cidades, e este estudo para ambas é inevitavelmente inter e multidisciplinar. Na antropologia o estudo sistemático das cidades começa com a chamada escola de Chicago, durante o período de 1892 a 1929, a qual procurava compreender as diferenças socioculturais dentro das grandes cidades. Esta escola criou vários conceitos, entre eles o de rede social, ou estudo de bairros, que são locais dentro da cidade onde a organização e sociabilidade são exercidas. Assim como o conceito de trajetórias, onde podemos observar o dinamismo e complexidade dos sistemas de

deslocamentos entre locais e lugares (Frugoli Jr, 2005; Velho, 2009).

Porém, segundo Lynch (1999), a cidade também pode ser vista como uma imagem construída por seus habitantes, e assim temos vários aspectos que podem ser observados aqui, desde: o design urbano, ou seja, sentir a cidade como um todo, muitas vezes fazendo uso de diferentes ferramentas, como a fenomenologia; a imagem ambiental da cidade, ou a construção mental variável do espaço urbano, tanto individual como coletiva; a identidade, estrutura, e significado dos espaços urbanos, suas formas e função; e a imaginabilidade da cidade, ou suas características físicas que tornam o ambiente urbano visível e memorável.

O mesmo autor segue adiante propondo, inclusive, uma forma holística de interpretar a cidade através da identificação dos seus cinco elementos principais, que são: as vias ou os canais pelos quais circulam as pessoas entre um bairro e outro, os limites ou os elementos definidores de fronteiras entre os bairros, os bairros ou segmentos da cidade com características próprias, os pontos nodais ou núcleos de convergência entre vias e bairros e os marcos que são os criadores de identidade para cada bairro ou cidade, podendo ser estes distantes ou locais.

Portanto, a cidade como campo de estudo é um objeto ao mesmo tempo singular e universal, onde podem ser tratados temas desde as impessoalidades das relações sociais, até a solidariedade entre diferentes grupos e meios. Desta forma, na cidade encontram-se inúmeros campos de estudo e que mesmo aparentemente dinâmicos, diferenciados ou exóticos, abrem pistas para entender não só a sua própria lógica, mas também um espaço e tempo urbano e em constante transformação.

Este texto pretende ser uma introdução aos inúmeros estudos da cidade, para tanto será realizada uma breve revisão bibliográfica sobre o tema, começando com as retrospectivas históricas, passando pelas abordagens urbanísticas, e encerrando com as perspectivas arqueológicas. A intenção aqui não é esgotar de forma alguma o assunto, ou mesmo restringir-se a um posicionamento mais crítico em torno de uma corrente teórica e/ou metodológica específica. Mas sim, estabelecer um diálogo entre os vários estudos que podem ser feitos na e da cidade, e sua relação reflexiva com a arqueologia.

Para tanto, primeiramente, será feita uma retrospectiva histórica sobre a formação dos diversos espaços urbanos, desde seus primórdios na pré-história até o nosso contemporâneo. Em seguida, será apresentado um breve histórico da cidade brasileira, onde desde o planejamento urbano português também será visto as especificidades coloniais, imperiais e republicanas das cidades no Brasil. Nesta primeira parte, o leitor poderá encontrar os dados históricos e geográficos para entender o processo de formação do espaço urbano.

Na sequência serão abordados os distintos tipos de urbanismos vigentes, através de estudos clássicos na área, e como estes pensamentos afetam a forma e função das cidades em que hoje vivemos. Como parte destes estudos, também será exposto um breve resumo das arqueologias urbanas realizadas em alguns locais no mundo e, principalmente, nas diversas regiões do Brasil. Nesta parte, as temáticas abordadas são o destaque, não se prendendo a justificativas ou julgamentos, mas desvelando as opções de estudo tomadas em função das circunstâncias políticas, econômicas e sociais surgidas.

Por fim, alguns preceitos teóricos e metodológicos para uma arqueologia urbana são citados, estabelecendo as possíveis relações entre os vários estudos e a produção do conhecimento através da cultura material. Como consideração final, são apontadas algumas perspectivas sobre o fazer arqueológico no e do espaço e tempo urbano. Onde o objetivo, mais do que fazer uma arqueologia na ou da cidade, seja sim, a construção de uma “hilegrafia”² sobre qualquer objeto pesquisado.

A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Conforme Mumford (1998) baseado em Childe (1977), a história da urbanização é tão antiga quanto a própria civilização, os primeiros vestígios de aglomerados humanos permanentes no velho continente começam a aparecer por volta de 15.000 a.C com a fixação dos grupos de caçadores-coletores-pescadores, em consequência da domesticação de animais e cultivo de mudas. Por volta de 12.000 a 10.000 a.C. estas fixações começam a crescer, devido ao plantio de gramíneas e formação de rebanhos bovinos e caprinos. Já neste período temos também a formação das aldeias, primeiro de forma aberta, como simples aglomerados, e depois de forma fechada com o cercamento do entorno.

Segundo os autores, ainda na Europa e Ásia, por volta de 9.000 a 4.000 a.C. as unidades domésticas se caracterizam por serem cabanas, algumas com plantações no entorno. É durante este período que surgem os primeiros embriões urbanos, com a segmentação do espaço das aldeias em casas, oratórios, poços, vias públicas e praças. Ocorrem também, durante este período, o aumento expressivo da população e a especialização das atividades. Já em torno de 3.000 a.C. temos a invenção da metalurgia, da roda, do barco à vela, da matemática, da escrita e da astronomia. Muitas dessas transformações possivelmente são causadas pela própria concentração de pessoas em espaços urbanos.

Assim como os autores acima, Kostof (1991), também sustenta que as primeiras cidades surgem de uma agregação de inúmeros fatores, entre eles deter-

2 “Escrita com as coisas”, de □□□ - hyle, matéria e □□□□□□□□ – gráphein, escrever.

minantes naturais como as condições dos terrenos e a proximidade de recursos hídricos; ou fatores, essencialmente culturais, como a centralização de um poder militar, político, econômico e religioso (Benevolo, 1993). De toda a forma, até hoje não existe um consenso sobre qual fator foi preponderante na formação das cidades, sendo que diversas experiências de urbanização surgiram e desapareceram durante a história da humanidade (Barceló et al., 2002^a; Marcus & Sabloff, 2008). Todavia, duas situações - naturais e culturais – ocorreram, principalmente na região do Norte da África e do Oriente Médio, onde vamos encontrar as mais antigas cidades conhecidas.

Os centros urbanos mesopotâmicos surgem desde o advento Tell Brack, ainda no período neolítico tardio, em torno de 6.000 a.C. Mas é durante o período dos sumérios que cidades como Ur, Nipur e Uruk tomam a cena, com suas áreas centrais de arquitetura pública cercada por zonas residenciais. Com o colapso dos sumérios, outras cidades surgem na região, como a Babilônia dos Amoritas e a Nínive dos Semitas. Porém, todas estas cidades eram caracterizadas como centros militares ou comerciais e de forma fechada, onde o espaço urbano é voltado para o palácio/templo e seus limites são fixados por muros ou fossos (McIntosh, 2005; Pollock, 2000).

Por outro lado, as cidades egípcias nunca conformaram um padrão urbano como o mesopotâmico, sendo que, desde a capital do faraó Aquenáton, a cidade de Amarna fundada em 1.350 a.C., todas as “cidades” egípcias configuram-se somente como centros administrativos e religiosos, com áreas residenciais afastadas. Este padrão urbano pode ser classificado como uma paisagem aberta, porque o centro de suas aglomerações estava sempre marcado por um templo/palácio e não possuía muros ou delimitações do espaço; entre estas primeiras cidades egípcias seguindo este modelo podem citar: Menfis, Tebas e Heliópolis. (Trigger, 2001; Gates, 2003).

Entretanto, o urbanismo não foi um fenômeno restrito a um determinado local e tempo, e muito menos, um fato único a ser espelhado pelo globo através de processos difusionistas (Smith, 2007). Outros exemplos de urbanismos antigos também podem ser encontrados na Ásia, por exemplo; nas cidades do vale do rio Indo, em torno de 2.300 a.C., como Mohenjo-Daro e Harappa, já apresentavam diferentes zonas privadas e públicas, sistema sanitário e pluvial, assim como espaços cerimoniais e fortificações. No norte da China, desde 2.100 a.C. do período Erlitou até 1.100 a.C. do período Shang, cidades sem muros como Anyang surgiram, sendo verdadeiros centros rituais em plataformas de terra, mas sem construções em pedra (Trigger, 2001; Huang, 2006; Kenoyer, 2011; Smith, 2009).

Na América do Sul, vamos encontrar em torno de 2.000 a.C. na costa do Peru os indícios mais antigos de urbanização. E já entre 500 e 900 d.C. também vamos ter cidades como Wari e Tiwanaku, mas é com a ascensão do império Inca, em torno de 1.400 a 1.530 d.C., que vai ocorrer uma padronização urbana nos Andes. Na América Central, no período clássico Maia de 200 a 900 d.C., vão surgir cidades como Tikal, Copán, Palenque e Caracol, com seus centros cívicos e religiosos cercados por zonas residenciais. Com o colapso das cidades Maias em torno de 900 d.C., Olmecas, Zapotecas e Astecas começam a imitar em menor escala a planificação Maia, até o advento de Teotihuacan, de 100 a 600 d.C., e depois Tenochtitlan, de 1.300 a 1.519 d.C. (Trigger, 2001; Smith, 2009).

No sul da Ásia, entre 800 a 1.300 d.C., também vamos encontrar a capital dos Khmer, a cidade de Angkor, com seu complexo composto por templos e palácios rodeados por residências. Na África subsaariana, no lado ocidental, a cidade de Jenné-Jeno, em torno de 450 a 1.100 d.C., assim como as cidades Yorubas, de 1.400 a 1.900 d.C., foram outros grandes centros comerciais. Enquanto o lado oriental africano viu florescer a impressionante cidade do Grande Zimbábwe, em torno de 1.100 a 1.400 d.C., sendo também um ponto comercial entre a costa e o interior do continente (Trigger, 2001; Smith, 2009; Okpoko, 1998).

Todavia, os modelos ocidentais de cidade só vão sofrer uniformizações significativas a partir das polis gregas, quando a qualidade defensiva das encostas escarpadas da Grécia e a separação entre as zonas rurais e urbanas também vão ser suas características, assim como o número reduzido de habitantes. Os gregos vão criar ainda certa especialização para suas cidades, como por exemplo a cidade de Olímpia para o esporte, a de Delfos para a religião, ou de Cós para a medicina. Porém, sua principal marca na paisagem urbana vai ser o estabelecimento da Ágora, ou um espaço central na cidade para o comércio e aristocracia; e a Acrópole, muitas vezes afastada do centro para o exercício da política e religião. Portanto, as cidades gregas vão ser identificadas como espaços de agregação e contemplação, sempre orientadas segundo o sol em uma planta urbana que segue do nascente ao poente (Gates, 2003; Mitchell & Rhodes, 2005).

A urbe romana, por sua vez, vai ter sua principal característica na forma retangular, congregando espacialidades tanto dos etruscos como dos helênicos. Entre os principais legados dos romanos para o planejamento urbano ocidental vão estar o calçamento das ruas, o abastecimento de água e a canalização do esgoto, isto não só na capital Roma, como também nas províncias. Da mesma forma, na organização do espaço vamos ter a criação do Fórum, ou um somatório entre a Ágora e a Acrópole grega, os banhos para higiene, e a arena para o espetáculo. Outra característica singular da cidade romana vai ser o espaço dividido entre

o *Cardo Maximus* ou um eixo norte-sul, e o *Decumanus Maximus*, um eixo leste-oeste (Gates, 2003; Parkins, 2005).

Diferentemente das cidades clássicas, as cidades do período medieval na Europa vão apresentar uma segmentação principalmente entre três setores: a religião marcada pela igreja, a política marcada pelo palácio e a economia marcada pela guilda. Aqui, o espaço privado vai ser configurado pela casa medieval, onde se encontram tanto o espaço de moradia, como o de trabalho. Por sua vez, a cidade do medievo também seguiu padrões diferenciados de urbanização, com algumas sendo retangulares, no modelo grego, em forma de tabuleiros, como as cidades planejadas romanas, ou sinuosas e naturais, quase que seguindo os caminhos marcados pelo gado. Entretanto, sua principal marca vai ser a forma radiocêntrica, onde o poder político, religioso e econômico encontra-se centralizado no espaço urbano e a limitação deste mesmo espaço ocorre através de muros ou fossas (Pounds, 2005).

Após o fim da idade média, surgem as primeiras cidades barrocas, onde entre seus principais preceitos vão estar a uniformização dos espaços, a centralidade da exibição e a personificação do poder. Ruas retas e largas, praças amplas, prédios do mesmo tamanho e a repetição de elementos vão ser os principais marcadores destas paisagens urbanas. Porém, entre todas as características, o que mais vai diferenciar as cidades barrocas das outras cidades medievais na Europa vai ser a separação entre o espaço público, muitas vezes marcado pelo trabalho, e o espaço privado, configurado pela moradia (Harrington, 2005; Hengerer, 2008).

No período colonial da América, algumas diferenças também vão surgir entre as cidades formadas no hemisfério norte e sul. As cidades coloniais da América do Norte vão possuir uma vocação mais agrícola, configurando-se assim quase como um campo aberto para o gado, com edifícios públicos no seu entorno e casas mais afastadas do centro. Já as cidades coloniais na América do Sul vão possuir propriedades de um planejamento militar, sendo que as espanholas em sua maioria vão possuir uma plaza central, com igreja e cabildo, quadras retangulares e ruas largas, sendo esta um pura herança greco-romana; já as portuguesas vão seguir um modelo mais orgânico e medieval com influências barrocas, configurando-se quase que em um asterisco marcado no chão (Rossa & Trindade, 2006; Smith, 1955; Ferreira, 1996).

Por fim, a cidade industrial surge já a partir dos 1800, marcada pelo forte e rápido êxodo rural da revolução industrial; a cidade industrial é a consolidação do que hoje podemos chamar de “sociedades urbanas”, ou nações onde a grande maioria de seus habitantes vive em cidades. Por outro lado, a concentração do capital também propicia a criação de metrópoles, fenômeno consequente do

próprio capitalismo do século XX, onde as distinções entre centro e periferia se agravam, abrindo espaço para o surgimento de culturas próprias e diversas dentro de uma mesma cidade (Cunningham, 2005; Davis, 1955).

BREVE HISTÓRICO DA CIDADE BRASILEIRA

O planejamento urbano colonial no Brasil é consequência também da própria história de formação das cidades portuguesas. Portugal torna-se independente de Austúria e Leão, que mais tarde vai se tornar a Espanha, no século XIII. Este fato é seguido pelo processo de reconquista das cidades mouriscas, como Lisboa, Santarém e Algarves, fundadas na Península Ibérica durante a ocupação islâmica. Como características marcantes, estas cidades vão ter a localização do centro político e religioso em um local elevado ao espaço econômico e residencial, as vias formadas por caminhos sinuosos e orgânicos e as casas localizadas para dentro dos bairros. Este modelo de cidade portuguesa começa a ser exportado após a revolução de Avis, entre 1383 e 1385, e definitivamente implantado com a tomada de Ceuta, em 1415.

Segundo Teixeira (2012b), o planejamento urbano português vai ser marcado pela combinação de dois princípios, o do urbanismo vernáculo e do urbanismo erudito. No urbanismo vernáculo perdura uma herança mediterrânea reforçada pela presença mulçumana, que se adapta ao meio natural existente. No urbanismo erudito, perpetua um passado clássico reformulado pelo Renascimento, onde a regularidade e geometria dos traçados alimentam o seu componente cultural. Estes modelos de cidades portuguesas começam a ser exportados a partir do século XV, primeiramente para as ilhas da Madeira e Açores e depois para a costa da África e do Brasil (Teixeira, 2012^a; Teixeira, 2011; Teixeira, 2009).

Entretanto, as especificidades da colônia também refletiam no planejamento urbano português, sendo necessário adaptá-lo tanto à nova realidade dos trópicos, como ao interesse expressamente mercantil. O distanciamento da metrópole por um lado incentivava a autonomia, mas, por outro, seguia uma estratégia de adaptação já experimentada pelos colonos portugueses em outros contextos. Outro fator que muito influenciou a vida nas cidades coloniais brasileiras foi tanto a ambivalência de diferentes matizes indígena e africana, como os diferentes objetivos europeus. Este multicomponencial histórico e cultural formava uma heterarquia na cidade, onde determinados grupos ocupavam espaços distintos, mas de forma permeável. Da mesma forma, o que também identificava a cidade colonial brasileira eram seus arredores constituídos por diversos segmentos como portos, engenhos, fazendas e missões, que tornavam ainda mais diluídas a definição entre espaços urbanos e/ou rurais (Etchevarne & Lopes, 2009).

No século XVI, o primeiro assentamento português na América foi o de Cabo Frio, no atual estado do Rio de Janeiro, fundado por Américo Vespúcio, em 1504; outros se seguiram nas costas nordestinas e sulistas. Porém, além de efêmeras, estas feitorias viriam a ser substituídas pelas vilas das capitânicas hereditárias, já a partir de 1530. Na Bahia temos Vila Velha, fundada por Francisco Pereira Coutinho, na baía de Todos os Santos, em 1530, e São Jorge de Ilhéus, em 1536; além de Porto Seguro, Santa Cruz e Santo Amaro, fundadas por Pero do Campo Coutinho, em 1535. Em Pernambuco temos Igarapé, fundada por Duarte Pereira Coelho, em 1536, e Olinda, em 1537. No Espírito Santo temos Nossa Senhora da Vitória, fundada por Vasco Fernandes Coutinho, em 1551. E no atual estado de São Paulo temos a vila de São Vicente, em 1532, Santos, em 1545, e Piratininga, em 1554, todas fundadas por ordem de Martim Afonso de Souza, que nunca veio ao Brasil (Schürmann, 1999).

Como uma velha tradição na península ibérica, somente o rei podia “criar” cidades, assim, a maioria dos aglomerados urbanos no novo mundo eram vilas. As vilas, por sua vez, não possuíam padronização e podiam, sim, ser criadas por homens comuns, mas com consentimento real. Entre as primeiras cidades planejadas no Brasil temos São Salvador, fundada por Tomé de Souza, em 1549, como sede do primeiro Governo Geral, e São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565, após a expulsão dos franceses. Ambas as cidades podem ser caracterizadas pelo traçado regular, implantação de praças, padronização dos lotes, instalação de fortes, e amuralhamento dos limites. Em outras regiões do Brasil mais vilas surgiram, como Nossa Senhora do Itanhaém, em 1561, São João Batista de Cananéia, em 1578, e São Cristóvão, em 1590. A exceção dos portugueses, também tem Filipéia de Nossa Senhora das Neves, fundada por holandeses, no nordeste, em 1580 (Schürmann, 1999).

No século XVII, a vila de Cabo Frio foi elevada a categoria de cidade em 1615, e mais vilas foram fundadas, como Recife, em 1630, Nossa Senhora do rosário do Paranaguá, em 1649, Colônia do Sacramento, em 1680, Nossa Senhora dos Pinhais de Curitiba, em 1693. Na Amazônia, Belém é fundada em 1616, após a conquista de São Luiz pelos portugueses em 1612. No século XVIII, os arraiais de mineração nas Minas Gerais tomam a cena, como Vila Rica, Mariana e Sabará, em 1711, São João Del Rei, em 1713, e Caeté, em 1714. De outro lado, as fronteiras do Centro-Oeste também começam a ser ocupadas, como por Vila Boa de Goiás, em 1726, Bom Jesus de Cuiabá, em 1727, e Vila Bela de Santíssima Trindade, em 1752. No início do século XIX, a cidade mais populosa no Brasil vai ser o Rio de Janeiro, seguida por Salvador, Ouro Preto, Cuiabá, Belém, São Luís, Recife, Olinda, São Paulo, Mariana, São João Del Rei e Porto Alegre, a última cidade

fundada no período colonial e elevada a vila em 1808 (Schürmann, 1999).

No período colonial, alguns aglomerados urbanos também vão nascer por outras iniciativas que não só a real. Estas cidades vão ter origens diversificadas desde a aglomeração provocada por iniciativas religiosas ou militares até a ocupação por outras nações europeias. Como característica urbanística das cidades coloniais portuguesas à beira mar pode-se identificar a existência de uma linha estruturante que liga dois pontos distintos e opostos, normalmente um religioso e outro militar. Tratavam-se de ocupações adaptadas a geografia existente, e na forma linear, onde nesta primeira rua localizavam-se as principais construções residenciais e comerciais. Após a primeira fase, a ocupação se estendida para o interior através de ruas paralelas à primeira e algumas ruas transversais, formando os primeiros lotes. Esta segunda fase poderia ser ou não planejada, com a instalação de praças que aglomeravam os edifícios públicos, concentrando assim os espaços administrativos e religiosos (Teixeira, 2012b; Teixeira, 1996).

No século XVII, por sua vez, o planejamento das cidades torna-se mais aplicado, através da adoção de traçados mais regulares e geométricos. Com a escolha de locais planificados e a vinda de engenheiros militares, o quadriculamento com a praça centralizada torna-se a prática para implantação de uma cidade no Brasil. Já no século XVIII, além do planejamento da malha urbana, as construções também começam a ser o alvo da padronização. A forma ortogonal toma a frente no sul em Laguna, em 1737, Porto Alegre, em 1743, Rio Grande, em 1747, Desterro, em 1749; assim como no norte em Macapá, em 1758, e Mazagão, em 1770. Neste período, tanto as cidades fundadas por espanhóis como por portugueses se assemelham pelo desenho, porém diferem nas soluções encontradas para a sua implantação no ambiente (Teixeira, 2012b; Teixeira, 1996).

As cidades imperiais, por sua vez, são caracterizadas por uma série de normativas que vão tomar corpo após 1808, seguindo preceitos iluministas são baixados decretos exigindo, por exemplo, a retirada das rótulas, gelosias e muxarabis das casas. Em 1829 o desmembramento das casas de câmara e cadeia, e em 1858 a introdução por Glaziou do paisagismo natural inglês em oposição ao paisagismo artificial francês, torna-se vigente. Por outro lado, a própria corte vai estabelecer suas regras internas de convivência, procurando através das casas de chácara ou boulevards uma distinção na paisagem urbana brasileira. Porém, nada mais afetou tanto a organização do espaço urbano no Brasil no período, do que a Lei de Terras promulgada em 1850, provocando um verdadeiro êxodo rural para os centros urbanos, fato depois agravado pelo fim do escravismo em 1888 (Alvarez et al., 2001; Ferreira, 2005).

As cidades republicanas entram em cena no Brasil desde o final do século XIX, sendo que os temas de higiene e saúde, assim como o aumento populacional tomam conta das problemáticas urbanas. O mesmo acontece também durante o início do século XX, onde políticas sanitárias do governo vão provocar conflitos com a população, como a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, em 1904, em Porto Alegre, no mesmo ano, em Salvador, em 1906, Recife, em 1909 e São Paulo, em 1913. Por outro lado, a cidade moderna brasileira se transforma com a criação de largas avenidas, iluminação elétrica, transporte público e recolhimento do lixo. Mas a segregação social também se consolida, com o estabelecimento de cortiços, a ocupação dos morros na perifeira, e as benfeitorias públicas sendo realizadas somente nos bairros centrais da classe dominante (Alvarez et al., 2001; Ferreira, 2005).

OS ESTUDOS DA CIDADE E O URBANISMO

Segundo Choay (1998), os estudos sistemáticos sobre o espaço urbano já começam desde o século XIX, porém foi só em 1910 que surgiu o termo urbanismo enquanto uma ciência que estuda a localização humana. Foi também durante este período que os problemas das cidades começam a se agravar, muito em decorrência da nova sociedade industrial, que gerava suas demandas. A cidade industrial que se formava vinha para transformar completamente as cidades medievais, barrocas e também coloniais. Grandes avenidas para deslocamento por automóvel, setorização dos bairros entre serviços, produção e moradia, arquitetura monumental e estabelecimento dos subúrbios são alguns exemplos (Benevolo, 1981).

Os estudos urbanos neste período, de acordo com a autora, praticamente se dividem em dois segmentos, um mais descritivo com caráter científico bem marcado, e outro mais humanista, já tendendo para o sociopolítico. Estes segmentos, por sua vez, também pregavam duas concepções de cidade, sendo uma caracterizada como modelo progressista, onde através do estabelecimento de regras gerais busca-se a convivência humana ideal. Mas, também, regido por uma estética quase matemática configurada por espaços amplos, jardins artificiais e distribuição dos espaços. E, outra, caracterizada como um modelo culturalista, onde procurava-se replicar a unidade solidária dos tempos passados, através de uma estética orgânica. Porém, marcado por um processo quase de retrocesso, restritivo, descentralizado, e porque não dizer, comunal.

Entretanto, para Choay, na construção de um saber sobre a cidade, a crítica aos modelos também foi uma constante e, por isso, a cidade não podia ser pensada como algo estático, modelada ou transformada. Seguindo os pensamentos da épo-

ca, a cidade era um corpo imprevisível e problemático e no seu contemporâneo, sem solução. Como expressão máxima desta crítica, surge nos Estados Unidos dos novecentos também um movimento antiurbanista, onde era reivindicada a manutenção do estado natural das cidades, ou seja, a não aplicação de nenhum método ou modelo no seu desenvolvimento. No final do século XIX e início do século XX, o urbanismo também torna-se uma prática teórica institucionalizada, como forma de planejamento especializado. É também após este período que três escolas de pensamento surgem no estudo das cidades: o culturalismo inglês, o progressismo francês, e o naturalismo norte-americano:

O urbanismo culturalista surge no final do século XIX na Inglaterra e tem como prerrogativa o estudo totalitário da cidade sobre as suas partes. É uma escola marcada pelo modelo cultural do passado e calcada, principalmente, no tipo comunitário. Para esta escola, o espaço urbano ideal é a cidade-jardim, onde a paisagem urbana é sinuosa e fechada, sendo marcada por espaços pequenos, delimitados, intimistas e principalmente únicos. Estes preceitos, portanto, clamam por uma estética cidadina regressista e nostálgica.

O urbanismo progressista começa no início do século XX na França e, por sua vez, possui um ideário moderno e universalista, onde a técnica e a estética são atemporais, calcado primeiramente no tipo individualista. Para os seguidores desta cartilha, quatro regras são fundamentais na concepção de qualquer cidade: morar, trabalhar, circular e desfrutar. Para a escola progressista, o espaço urbano ideal é a cidade-manifesto, onde a paisagem é ocupada pelo sol, pelo verde e principalmente pela matemática de forma fragmentada e geométrica.

O urbanismo naturalista nasce em meados do século XX, nos Estados Unidos, e possui como principal ponto o contato com a natureza e a predominância das formas acêntricas. Para esta escola de pensamento, o espaço urbano ideal é a cidade-viva, constituída de forma dispersa e formada por unidades reduzidas, quase como células individuais e sociais automatadas. Para este segmento, a residência deve compor tanto a moradia como o trabalho, quase uma fazenda. Enquanto a paisagem urbana se configura em uma interseção complexa entre o cultural e o progressista, mas com uma prerrogativa, a de a arquitetura ser subordinada à natureza.

Conforme Choay, após a 2ª Guerra Mundial, algumas críticas também começam a surgir às posições dogmáticas do pensamento urbanista. Uma é a tecnótópia, onde a cidade é pensada de forma tecnológica, propiciando à população projetos de viver complexos, como o urbanismo espacial ou mesmo subterrâneo e aquático. E outra é a antrópolis, onde a crítica humanista toma corpo através de ações não-urbanistas, que privilegiam a continuidade histórica-cultural, o

estudo sociopolítico e a percepção presente da população. Como também, uma higiene mental nos planejadores, procurando uma abordagem mais psicológica e humana, por fim, quase em uma estética *versus* uso.

Porém, para Cunningham (2005), nos últimos séculos o fenômeno das metrópoles tem mudado a forma e a função das cidades. Agora se tornando um centro econômico principalmente do capital, como Londres após a 1ª revolução industrial, ou Nova York após a 2ª revolução industrial. As metrópoles se consolidam como núcleos de tecnologia e informação, e a partir da década de 1990 em cidades mundiais, onde tudo acontece na forma e função de uma rede globalizada. Portanto, são com estas constantes transformações que as cidades se caracterizam enquanto um objeto possuidor de tempos e espaços singulares e universais e, para seu estudo, a arqueologia pode e tem muito a contribuir.

ARQUEOLOGIA URBANA NO MUNDO E NO BRASIL

Na Europa, a arqueologia urbana surge a cargo das reconstruções após a 2ª Guerra Mundial, sendo que na década de 1960 começa a receber seus primeiros aportes teóricos e metodológicos, na década de 1970 enfrenta a realidade dos empreendimentos imobiliários e em 1980 se apresenta como uma forma de contar a história das cidades. Na Inglaterra, os trabalhos em Londres, Oxford e Winchester, desde a década de 1960, propiciaram a criação de unidades específicas no poder público. Enquanto na França, um órgão oficial e nacional sobre o assunto só foi criado na década de 1980. Em Portugal, por sua vez, os trabalhos envolvendo o estudo arqueológico das cidades já vinham ocorrendo em Bracara Augusta, hoje cidade de Braga, desde a década de 1970 (Lemos & Martins, 1992; Martins & Franco, 2010; Pardi, 2006).

Na América do Norte, a arqueologia urbana é executada desde a década de 1960, como consequência da arqueologia de salvamento realizada no espaço urbano. Porém, foi somente na década de 1980 que a arqueologia urbana adquiriu importância, através do impacto causado pelos grandes empreendimentos nas cidades norte-americanas. Por outro lado, a arqueologia urbana também foi inicialmente muito negligenciada nos EUA, tanto por seu pouco apelo temporal ou por ser considerada como um laboratório para treinamento dos pré-historiadores. Esta visão só foi suplantada a partir da década de 1990, quando novas prerrogativas teóricas de pesquisa começam a tomar a cena, como estudos sobre desigualdade e conflito no espaço urbano (Dickens & Bowen, 1980; Staski, 1982).

Na América Central, o exemplo de Havana Velha se destaca desde a década de 1960, incluindo, além de pesquisas em diversos espaços, também o ensino à comunidade. Da mesma forma, a arqueologia urbana realizada no continente

também procurou incorporar tanto o passado pré-colonial como o pós-colonial. Como na Guatemala, que desde 1969 luta pela preservação do seu passado urbano frente aos processos de modernização. Enquanto na América do Sul, mais precisamente na Argentina, os estudos arquitetônicos e históricos do urbano já tomam corpo desde a década de 1940. Alguns estudos como o de Zarankin, por exemplo, apontam as transformações arquitetônicas ocorridas no espaço urbano em Buenos Aires. Porém, é com as revisões arqueológicas destes espaços que novos questionamentos e possibilidades começam a surgir, principalmente sobre o hibridismo entre hispânicos e indígenas (Aparicio R., 1991; Domínguez & Funari, 2002; Igareta, 2010; Zarankin, 1999; Zarankin, 2002).

No Brasil, os estudos na cidade começaram na década de 1980, em São Paulo, e da cidade na década de 1990, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. Porém, muitas vezes de forma acidental, onde para preservar o impacto gerado por obras ao patrimônio arqueológico foram realizadas pesquisas também em meios urbanos. Em algumas cidades foram também realizados inventários do patrimônio arqueológico, gerando cartas do potencial arqueológico, que em alguns casos, foram incorporadas pelo poder público (Tocchetto & Thiesen, 2007; Symanski, 2003).

No sul do país, pesquisas como as realizadas por Symanski sobre grupos domésticos no espaço urbano abriram espaço para os estudos dos restos materiais de diversos segmentos sociais. Assim como o de Thiesen sobre a transformação da paisagem urbana de Porto Alegre desde o século XIX até o século XX, que identifica através das fachadas prediais os espaços físicos de diversos grupos que compunham a sociedade na época. Por outro lado, o trabalho de Tocchetto sobre as práticas cotidianas de descarte em quatro unidades domésticas da Porto Alegre novecentista também trouxe à tona as práticas arraigadas de um discurso higienista. E de Oliveira, com uma proposta de fôlego para o zoneamento arqueológico de Porto Alegre, com base em pesquisas arqueológicas e históricas e a sua inserção nas políticas públicas da cidade. Da mesma forma, atualmente, não só Porto Alegre, mas outras cidades como Rio Grande e Pelotas, e claro, Florianópolis e Curitiba, também tornam-se objeto de estudo (Oliveira, 2005; Tocchetto, 2005; Tocchetto, 2003; Symanski, 1998; Thiesen, 1999).

No sudeste os exemplos de arqueologia urbana são inúmeros, mas podemos destacar em São Paulo as ações do Departamento de Patrimônio Histórico desde 1975, e do Museu Paulista desde 1979, com a Prof.^a Andreatta à frente dos trabalhos. Outro ponto de estudo pioneiro em São Paulo vem a ser a gestão urbana com Juliani, além das técnicas construtivas no espaço urbano e também estão as casas bandeirantistas; mas hoje, as pesquisas se diversificam muito desde bairros operários até subúrbios inteiros. No Rio de Janeiro, as práticas nascentes do ca-

pitalismo vêm sendo estudadas a longo tempo por Lima, assim como os jardins e passeios imperiais também foram alvos de pesquisas iniciais, os cemitérios de escravos, e mais atualmente a área portuária. Em Minas Gerais, as investigações por sua vez sempre se localizaram nas cidades históricas do ciclo do ouro, sendo que em muito se confundem com os trabalhos de restauro; com exceção das pesquisas sobre a paisagem, como antigas estradas ou minas (Araujo et al., 2005; Baeta et al., 2007; Najjar et al., 2007; Lima, 1999; Juliani, 1996).

No nordeste a arqueologia urbana também tem sua projeção, principalmente com os trabalhos de Alburqueque no centro histórico de Recife, ou as demais pesquisas nas igrejas de Olinda. Em Recife podemos destacar os trabalhos na Sinagoga Kahal Zur, e no Arco da Conceição, assim como atualmente na Cidade da Copa. Outros trabalhos de longo prazo também vêm sendo realizados em Salvador, tendo à frente Etchevarne, assim como as prevenções realizadas no Pelourinho. Em outras capitais nordestinas alguns trabalhos pontuais também foram realizados, em destaque temos Natal e São Luis, assim como os trabalhos tanto preventivos como acadêmicos nas cidades de São Cristóvão e Laranjeiras, em Sergipe (Albuquerque, 2003; Albuquerque, 2006; Costa, 2014; Etchevarne, 1999-2000; Etchevarne, 2003).

No centro oeste poucos trabalhos foram realizados estritamente com a temática urbana, salvo o zoneamento arqueológico proposto por Godoy para a Cidade de Goiás, onde a legislação urbana é confrontada pelos preceitos de uma arqueologia urbana. E nos trabalhos de pesquisa sobre Pirenópolis por Curado, que procura expor o público e o privado em comparação com a arquitetura, ou de Vila Boa por Tedesco, que apresenta os espaços dos negros e brancos na cidade. Outro exemplo de trabalho em arqueologia urbana no centro oeste é também a pesquisa de Costa, sobre uma vila de mineradores e o seu conflito com os arraiais do entorno (Curado, 2009; Godoy, 2004; Tedesco, 2009; Costa, 2011).

Por fim, o norte do país também apresenta algumas pesquisas arqueológicas realizadas nas cidades, sendo os trabalhos realizados por Marques e outros em Belém, os mais conhecidos (Lopes, 2013; Marques & Malheiro, S/D). Alguns trabalhos preventivos também foram realizados em Manaus, por Correa, na catedral e no mercado, e por outros na praça D. Pedro II (Corrêa, 2007; Corrêa & Iribarrem, 2009; Martiniano & Filippini, 2006). Portanto, este é um breve panorama da arqueologia urbana executada no Brasil. Porém, pesquisas mais sistematizadas e o entendimento das cidades como um todo a ser pesquisado arqueologicamente no país ainda são uma exceção (Funari, 1999).

PRECEITOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Para um estudo arqueológico-histórico mais completo sobre a cidade é importante que alguns preceitos teóricos e metodológicos possam ser aplicados. Segundo Smith (2011), vários estudos urbanos podem contribuir em muito para o entendimento de três princípios básicos a serem investigados arqueologicamente na formação dos espaços urbanos, são eles: o traçado e forma da cidade, o planejamento e execução urbana, as dinâmicas sociais da vida urbana. Para tanto, serão apresentadas algumas ferramentas teórico-metodológicas para alcançar este objetivo.

O primeiro conceito teórico e metodológico que pode ser observado na formação do espaço urbano é a relação da “percepção e do comportamento ambiental”, ou seja, quais são os sistemas recursivos presentes entre as ações humanas e o ambiente constituído. Por exemplo, quais interesses humanos influenciam a construção de certos ambientes? Ou qual o determinado efeito um ambiente construído tem sobre as pessoas? Ou ainda, quais são os mecanismos que ligam determinadas pessoas a determinados ambientes? As investigações que podem ser realizadas seguindo estes preceitos vão desde as abordagens das interações proxêmicas, topofílicas e topofóbicas³, até a fenomenologia do espaço (Rapoport, 1978; Rapoport, 2006; Rio & Oliveira, 1999).

O segundo conceito de estudo urbano que pode ser incorporado pela arqueologia trata-se da “semiótica ou comunicação arquitetônica”, onde é observado a transmissão de determinadas mensagens através dos objetos e paisagens construídas. Em sua maioria, estas comunicações pertencem às esferas econômicas, sociais e políticas, e são muitas vezes representadas pela monumentalidade da obra, apesar de existirem também outras formas mais sutis de comunicação não-verbal. Outro instrumento bastante utilizado na leitura desta semiótica arquitetural são também os modelos de comunicação canônica e indicadora, onde o primeiro refere-se a elementos agregadores como culturais ou históricos, e o segundo mais aos elementos diferenciadores como ostentação econômica ou segmentação social (Blanton, 1994; Rapoport, 1990).

Em terceiro temos a “sintaxe espacial”, ou um conjunto de métodos e técnicas de análise sintática que, guiados por princípios da teoria sócio-espacial, procura entender a relação do movimento dos corpos entre as áreas construídas e a significância dos acessos – abertos e fechados – para a interação social. Desta forma, este tipo de estudo pode ser conduzido, tanto internamente nas estruturas construtivas, analisando o layout dessas unidades, como de forma mais ampla,

3 Proxêmia é a distância variável entre as pessoas, topofilia é o gosto por um determinado local, e topofobia é o medo de um determinado local.

analisando toda uma cidade através dos padrões de suas ruas, espaços públicos e privados. Por outro lado, este campo de estudo também se entrelaça com os princípios do comportamento ambiental e da morfologia urbana (Hillier e Hanson, 1984, Hillier, 1996).

Em quarto temos a “morfologia urbana”, nascida com os estudos descritivos densos das plantas de cidades históricas, este preceito teórico e metodológico propõe uma análise dos planejamentos urbanos, suas mudanças ao longo do tempo. Um conceito chave é a paisagem urbana, ou a descrição integrada dos aspectos físicos, formais e funcionais do ambiente construído, sendo constituído principalmente por três elementos: o desenho da planta, os materiais construtivos e os estilos arquitetônicos, e o uso das edificações e espaços. Estudos como esses vêm sendo conduzidos tanto na Europa como nos Estados Unidos, observando claramente as transformações ocorridas nos desenhos urbanos ao longo do tempo (Whitehand, 2001; Whitehand, 2007; Conzen, 2001; Rego & Meneguetti, 2011; Marat-Mendes & Cabrita, 2012).

Em quinto temos a “teoria da recepção”, onde similar com sua origem nos estudos literários, propõem-se entender como os residentes e visitantes relacionam-se em um ambiente construído, observando tanto os espaços privados e cotidianos, como os públicos e eventuais. Empregando desde uma abordagem extremamente empírica até especulações mais hermenêuticas, são trabalhadas as percepções que as pessoas têm e adquirem sobre e do traçado urbano, tudo isso sempre através da experiência humana. Outras ferramentas desta linha de estudo são também as concepções vindas do design de polígonos, de visão e visibilidade, principalmente com auxílio de instrumentos de sistemas de informação georeferenciados (Holtorf, 2000-2007; Lynch, 1999; Ricoeur, 2004; Lopes, 1993).

Em sexto temos a teoria do “planejamento gerativo”, onde a importância das construções vernáculas frente às edificações oficiais é dada através de um foco nas casas e residências. O estudo do planejamento urbano que não seja de cima para baixo, revela outros sistemas de crescimento e organizações urbanas. Apesar de ser uma teoria que usa muito dos conceitos de complexidade e emergência, o urbanismo gerativo não é idôneo de padrões e estruturas. Centrando-se principalmente na oposição entre a espontaneidade e a normatização, as ocupações informais ou favelas são um dos seus principais campos de estudo (Costa, 2012; Smith, 2010; Smith, 2012; Epstein, 2006).

Em sétimo temos as “normativas de urbanização”, ou seja, os planejamentos e ações de melhorias nas cidades por profissionais. Em sínteses são preceitos que pretendem entender as cidades não só como resultado orgânico ou mecânico, mas também como aspirações ou até mesmo projeções imateriais. Em alguns

casos, até mesmo utilizando de um urbanismo simbolista ou cósmico, o qual através de orientações mágico-religiosas estabelece o desenho urbano da cidade. Estas teorias são fortemente alicerçadas não somente na análise empírica do espaço urbano, mas também com o auxílio de documentação histórica, escrita ou pictórica, principalmente para os casos de ocupações antigas (Choay, 1998; Mumford, 1998; Lynch, 1981).

E por último, as teorias de análise da formação das cidades e seu potencial arqueológico, mais comumente relacionado aos processos econômicos, políticos ou sociais. Através de diversas abordagens os processos de urbanização são entendidos conforme relações economicistas, políticas ou de sociabilização ocorridas nas cidades. O que se estabelece como comum a todos estes enfoques é que partem quase que exclusivamente de dados arqueológicos, porém interpretados de diversas maneiras. Por exemplo, a ausência ou existência de determinados espaços, bens ou serviços, densidade populacional, organização espacial e estruturação socioeconômica (Barceló et al., 2002b; Birmingham, 1990; Thorpe, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Porém, na prática, como definir arqueologicamente o potencial de estudo de um determinado espaço urbano? Conforme Anichini e outros (2001), a análise de qualquer potencial arqueológico de uma cidade começa pela identificação dos parâmetros a serem utilizados no estudo. Estes parâmetros vão auxiliar na criação de um modelo preditivo, onde constarão os diversos potenciais arqueológicos conforme os dados históricos e ambientais da cidade pesquisada. Este potencial é mensurado através da correlação entre a quantidade e qualidade dos dados, assim como por suas similaridades e diferenças contextuais. Entretanto, devemos ter em mente que este mecanismo de pesquisa é também um instrumento de gestão, onde diferentes atores podem estar presentes nas várias etapas de tomada de decisão.

O primeiro processo para a elaboração de um modelo preditivo urbano pode ser a elaboração de um mapa histórico do município. Aqui, vários elementos são congregados para mostrar o desenvolvimento histórico do ambiente, assim como sua condição de pesquisa atual. A reconstrução das paisagens culturais e naturais em diferentes períodos históricos é uma ferramenta imprescindível nesta etapa da pesquisa. Basicamente, a diferenciação de áreas alagadiças e secas, a identificação de aterros em áreas baixas ou aplainamento de áreas altas, como os desvios de cursos d'água, ajudam a identificar a geomorfologia histórica do terreno. Por outro lado, os dados históricos escritos, pictóricos ou mesmo orais auxiliam na reconstrução destes espaços e na predição da existência ou não de vestígios arqueológicos.

Quanto aos dados históricos, todos os procedimentos devem ser tomados para trabalhar com estas fontes, desde o cuidado com a veracidade de fontes escritas até a subjetividade inerente das fontes orais. Porém, um tipo de fonte documental particularmente sobressai quando se trata de planejamento urbano, que são os mapas ou plantas das áreas urbanas. Entretanto, o trabalho com estas fontes também deve exigir certo cuidado, principalmente quanto o georeferenciamento de mapas antigos. Por outro lado, o uso de softwares específicos tanto na coleta e elaboração dos dados, quanto na sua análise e interpretação podem auxiliar na eliminação de incongruências (Santos et al., 2009; Fleet et al., 2012).

Por fim, podemos ter como critérios de avaliação os seguintes parâmetros para definir o potencial arqueológico de um espaço urbano: primeiro a sua formação, onde o tipo de ocupação seja um assentamento temporário ou permanente podem influenciar diretamente na quantidade e qualidade dos vestígios arqueológicos; segundo a sua distribuição espacial, onde a densidade e a concentração da ocupação também influenciam na composição sincrônica dos depósitos, assim como o meio ambiente em que está inserido; em terceiro a sua situação temporal, onde a maior ou menor diferenciação diacrônica dos depósitos também podem resultar no isolamento ou composição do seu potencial; e por fim, o estado de preservação do depósito arqueológico que está diretamente relacionado com o uso atual do terreno, e também com impactos antrópicos ou naturais que estes sofreram ao longo do tempo (Anichini et al., 2001).

Por outro lado, a cidade como sítio arqueológico pode ser entendida também por seus tipos de vestígios, onde lixeiras coletivas, presentes nos aterros de praças ou vias públicas, contêm artefatos que informam, através do seu anonimato, as tendências gerais sobre cada época. E as lixeiras particulares, dos quintais ou abaixo de construções mais modernas, que representam a individualidade através de artefatos, em sua maioria ligados a um determinado grupo doméstico ou familiar. Porém, a estratigrafia urbana não é lida só abaixo do solo, mas também acima; onde casas e prédios tornam-se artefatos sobre a vida cotidiana, zonas comerciais e industriais são vestígios de espaços de troca e produção, e as ruas e praças representam também estruturas de lazer e sociabilidade (Dickens, 1982; Mayne & Murray, 2001).

Portanto, a arqueologia urbana pode ser entendida mais do que somente o estudo da cultura material na e das cidades. Mesmo que a arqueologia da cidade seja realizada somente no espaço urbano e tenha por premissa entender esta paisagem única de pesquisa. Ou que a arqueologia da cidade seja uma investigação do tempo urbano e tenha como principal objeto de estudo a formação e desenvolvimento geral da cidade. O estudo arqueológico sincrônico e diacrônico

do urbano deve também procurar entender o urbanismo enquanto fenômeno e, como qualquer arqueologia, fazer uma “hilegrafia” com cada objeto pesquisado, tentando inserir este conhecimento construído nas necessidades e perspectivas contemporâneas e futuras, das cidades em que vivemos.

AGRADECIMENTOS

Parte deste estudo vem sendo financiado pela Bolsa Ibero-Americana para Jovens Professores e Pesquisadores Santander Universidades, através da Pró-Reitoria de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pará – PROINTER/UFGPA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, M. 2003. Sinagoga Kahal Zur Israel: retornando à vida do Recife. *Revista de Arqueologia Americana - Instituto Pan-americano de Geografia e História*, vol. 22: 63-79.
- ALBUQUERQUE, M. 2006. O Arco da Conceição, uma das antigas portas do Recife: uma aproximação arqueológica. *CLIO - Série Arqueológica*, vol. 1: 151-167.
- ALVAREZ, J.M., BITTAR, W.S.M. & VERÍSSIMO, F.S. 2001. *Vida Urbana: A Evolução do Cotidiano da Cidade Brasileira*. Ediouro, São Paulo.
- ANICHINI, F., BINI, M., FABIANI, F., GATTIGLI, G., GIACOMELLI, S., GUALLANDI, M.L., PAPPALARDO, M. & SARTI, G. 2001. Definition of the Parameters of the Archaeological Potential of an Urban Area. *MapPapers*, vol. 2: 47-49.
- APARICIO R., R. 1991. Arqueología urbana de Guatemala. IN J.P. Laporte, S. Villagrán, H. Escobedo, González, D.d. & Valdés, J. (Eds.) *II Simposio de Investigaciones Arqueológicas en Guatemala*. Guatemala, Museo Nacional de Arqueología y Etnología.
- ARAUJO, A.G.D.M., CAMPOS, M.C. & JULIANI, L.C.O. 2005. O Departamento do Patrimônio Histórico e a Arqueologia no Município de São Paulo: 1979-2005. *Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo*.
- BAETA, A.M.P., TEDESHI, H., MIRANDA, D. & S., M.C. 2007. Entre Becos e Quintais: Arqueologia na Área de Servidão em um Casarão de Mariana-MG. *XIV Congresso da SAB*. Curitiba.
- BARCELÓ, J.A., PELFER, G. & MANDOLESI, A. 2002a. The origins of the city: From social theory to archaeological description. *Archeologia e Calcolatori*, vol. 13.
- BARCELÓ, J.A., PELFER, G. & MANDOLESI, A. 2002b. The origins of the city: From social theory to archaeological description. *Archeologia e Calcolatori*, vol. 13: 41-63.
- BENEVOLO, L. 1981. *As Origens da Urbanística Moderna*. Editorial Presença, Lisboa.
- BENEVOLO, L. 1993. *A História da Cidade*. Editorial Perspectiva, São Paulo.
- BIRMINGHAM, J. 1990. A Decade of Digging: Deconstructing Urban Archaeology. *Australian Historical Journal*, vol. 8.
- BLANTON, R.E. 1994. *Houses and households: A comparative study*. Plenum, New York.
- CHILDE, V.G. 1977. *O que aconteceu na História*. Zahar, Rio de Janeiro
- CHOAY, F. 1998. *O Urbanismo*. Perspectiva, São Paulo.

- CONZEN, M.P. 2001. The study of urban form in the United States. *Urban Morphology*, vol. 5, 3-14.
- CORRÊA, M.V.D.M. 2007. Da capela carmelita à catedral metropolitana de Manaus (AM): uma arqueologia da arquitetura. *Fragments de Cultura*, vol. 17, 591-607.
- CORRÊA, M.V.D.M. & IRIBARREM, C.G. 2009. Mercado municipal Adolpho Lisboa- Manaus (AM): Arqueologia e Restauração. *XI Cidade revelada*. Itajaí.
- COSTA, D.M. 2011. *Water and War at Pyreneus Mountains: Historical Eco-Archaeology of Lavras do Abade*. LAP Lambert Academic Publishing, Saarbrücken. COSTA, D.M. 2012: Mundos Virtuais: Uma Proposta de Teorização Sobre a Prática das Simulações Computacionais na Arqueologia. *Jornal de História da Arte e Arqueologia*, vol. 18, 29-46.
- COSTA, D.M. 2014. Um Ensaio de Arqueologia Urbana em São Cristóvão – SE. *Clio. Série Arqueológica*, vol. 28.
- CUNNINGHAM, D. 2005. O Conceito de MetrÓpole: Filosofia e Forma Urbana. *Radical Philosophy*.
- CURADO, D. 2009. *Uma ponte à Meia Ponte*. Dissertação (Mestrado em ?), IGPA-PUCGO, Goiânia. DAVIS, K. 1955: The Origin and Growth of Urbanization in the World. *American Journal of Sociology*, vol. 60.
- DICKENS, R.S. 1982. *Archaeology of Urban America: The Search for Patterns and Process*. Academic Press, New York.
- DICKENS, R.S. & BOWEN, W.R. 1980. Problems and Promises in Urban Historical Archaeology: The MARTA Project. *Historical Archaeology*, vol. 14.
- DOMÍNGUEZ, L. & FUNARI, P.P.A. 2002. La Arqueología Urbana en América Latina: el caso de Habana Vieja, Ciudad Arqueológica. *Estudios Ibero-Americanos*, vol. 28, 113-124.
- EPSTEIN, J.M. 2006. *Generative Social Science: Studies in Agent-Based Computational Modeling*. Princeton University Press, New Jersey. ETCHEVARNE, C. 1999-2000: O indígena e o europeu em Porto Seguro, Bahia: uma perspectiva arqueológica *Revista de Arqueologia*, vol. 12/13, 15-22.
- ETCHEVARNE, C. 2003. Reciclagem de faiança em Salvador. Contextos arqueológicos e tipos de utilização. *CLIO - Série Arqueológica*, vol. 16, 103-118.
- ETCHEVARNE, C. & LOPES, C. 2009. O Território Urbano no Mundo Colonial Luso-Brasileiro. *I Fórum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana*. Salvador, Fast design.

- FERREIRA, F. 1996. Cidades coloniais brasileiras e espanholas na América: uma abordagem comparativa. *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*.
- FERREIRA, J.S.W. 2005. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil *Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização*. UNESP e SESC, Bauru.
- FLEET, C., KOWAL, K.C. & PŘIDAL, P. 2012. Georeferencer: Crowdsourced Georeferencing for Map Library Collections. *D-Lib Magazine*.
- FRUGOLI JR, H. 2005. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*, vol. 48.
- FUNARI, P.P.A. 1999. Contribuições do estudo da cultura material para a discussão da história da colonização da América do Sul *Tempos Históricos*, vol. 1, 11-44.
- GATES, C. 2003. *Ancient Cities: The Archaeology of Urban Life in the Ancient Near East and Egypt, Greece, and Rome*. Routledge, New York.
- GODOY, R.D. 2004. A Legislação Urbanística Enquanto Ferramenta para a Gestão do Patrimônio Arqueológico - O Estudo de Caso para a Cidade de Goiás/GO. *Revista Habitus*, vol. 2.
- HARRINGTON, R. 2005. Dresden: the making of a baroque city. *artificialhorizon.org*.
- HENGERER, M. 2008. Embodiments of Power? Baroque Architecture in the Former Habsburg Residences of Graz and Innsbruck. In COHEN, G.B. (ed.), *Embodiments of Power: Building Baroque cities in europe*. Berghahn, New York.
- HILLIER, B. 1996. *Space is the machine*. Cambridge University Press, Cambridge.
- HILLIER, B. & HANSON, J. 1984. *The social logic of space*. Cambridge University Press, Cambridge.
- HOLTORF, C. 2000-2007. Monumental Past: The Life-histories of Megalithic Monuments in Mecklenburg-Vorpommern (Germany). University of Toronto.
- HUANG, Y. 2006. Urban Development in Contemporary China In VEECK, G., PANNELL, C.W., SMITH, C.J. & HUANG, Y. (eds.), *China's Geography: Globalization and the Dynamics of Political, Economic and Social Change*. Roman & Littlefield Publishers, Boulder.
- IGARETA, A. 2010. Urbanismo colonial temprano en la República Argentina: Aportes desde la arqueología. *Trabajo y sociedad*, vol. 15, 7-17.
- JULIANI, L.D.J.C.O. 1996. *Gestão Arqueológica em Metrópoles: Uma Proposta para São Paulo*. Dissertação. (Mestrado em ?), USP, São Paulo.

- KENOYER, J.M. 2011. Changing Perspectives of the Indus Civilization: New Discoveries and Challenges! *Puratattva*, vol. 41.
- KOSTOF, S.K. 1991. *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*. UMCP, Boston.
- LEMOS, F.S. & MARTINS, M. 1992: Arqueologia Urbana em Portugal. *Revista Penépole*.
- LIMA, T.A. 1999. El huevo de la serpiente: una arqueología del capitalismo embrionario en el Rio de Janeiro del siglo XIX. . In ZARANKIN, A. & ACUTO, F. (eds.), *Sed Non Satiata: Teoría social en la arqueología latinoamericana contemporánea*. Ed. del Tridente, Buenos Aires.
- LOPES, M. 1993. Estratégias metodológicas da pesquisa de recepção. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. 16.
- LOPES, R.C.D.S. 2013. O Melhor Sítio da Terra: Colégio e Igreja dos Jesuitas e a Paisagem da Belém do Grão-Pará. *PPGA*. UFPA, Belém.
- LYNCH, K. 1981. *A theory of good city form*. MIT Press, Cambridge.
- LYNCH, K. 1999. *A imagem da Cidade*. Martins Fontes, São Paulo.
- MARAT-MENDES, T. & CABRITA, M.A. 2012. Morfologia Urbana em Portugal: percurso e visibilidade. *Second Conference of the Portuguese Network on Urban Morphology*. Lisboa.
- MARCUS, J. & SABLOFF, J.A. 2008. *The Ancient City: New Perspectives on Urbanism in the Old and New Worlds*. School for Advanced Research Press, Santa Fé.
- MARQUES, F.L.T. & MALHEIRO, M.V.P. (S/D) Arqueologia na área do Forte do Castelo: possibilidades de pesquisa. *Resumos Expandidos*.
- MARTINIANO, J.N. & FILIPPINI, E. 2006. Praça D. Pedro II: Memórias de um patrimônio. *Revista Eletrônica Aboré*.
- MARTINS, M.R. & FRANCO, M.D.C. 2010. A arqueologia urbana e a defesa do patrimônio das cidades. Conselho Cultural da Universidade do Minho.
- MAYNE, A. & MURRAY, T. 2001. *The Archaeology of Urban Landscapes: Explorations in Slumland*. Cambridge University Press, Cambridge..
- MCINTOSH, J.R. 2005. *Ancient Mesopotamia : new perspectives*. ABC-CLIO, Santa Barbara.
- MITCHELL, L.G. & RHODES, P.J. 2005. *The Development of the Polis in Archaic Greece*. Routledge, London.

- MUMFORD, L. 1998. *A Cidade na História*. Martins Fontes, São Paulo.
- NAJJAR, R., MACEDO, J.D., STANCHI, R.P., ANDRADE, I.E.-J., SAMPAIO, A.C., MARTINS, C., PEREIRA, J.W., MARQUES, J.F., SARMENTO, P.C., FONSECA, T. & CÂMARA, J. 2007. A arqueologia de um jardim: pesquisa arqueológica do passeio público do Rio de Janeiro/RJ. *Revista Habitus*, vol. 5, 455-479.
- NATIONS, U. 2014. *World Urbanization Prospects*. New York, Department of Economic and Social Affairs, Population Division.
- OKPOKO, A.I. 1998. *Archaeology and the Study of Early Urban Centers in Nigeria*. *African Study Monographs*, vol. 19.
- OLIVEIRA, A.T.D.D. 2005. *Estudo em arqueologia urbana: a carta de potencial arqueológico do centro histórico de Porto Alegre*. Dissertação. (Mestrado em arqueologia), PUCRS, Porto Alegre, PARDI, M.L.F. 2006 *Arqueologia Urbana: Alguns Aspectos da Prática na França*. *V encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. SAB-Sul, Rio Grande.
- PARKINS, H.M. 2005. *Roman Urbanism: Beyond the Consumer City*. Routledge, London.
- POLLOCK, S. 2000. *Ancient Mesopotamia*. Cambridge University Press, Cambridge.
- POUNDS, N.J.G. 2005. *The medieval city*. Greenwood Press, Westport.
- RAPOPORT, A. 1978. *Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las Ciencias Sociales con el diseño de la forma urbana*. Gustavo Gili, Barcelona.
- RAPOPORT, A. 1990. *The meaning of the built environment: A nonverbal communication approach*. University of Arizona Press, Tucson.
- RAPOPORT, A. 2006. Archaeology and environment-behavior studies *American Anthropological Association*, vol. 16, 59-70.
- REGO, R.L. & MENEGUETTI, K.S. 2011. A respeito de morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. *Acta Scientiarum. Technology*, vol. 33, 123-127.
- RICOEUR, P. 2004. *Memory, history, forgetting*. University of Chicago Press, Chicago.
- RIO, V.D. & OLIVEIRA, L.D. 1999. *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. Studio Nobel Ufscar, São Paulo.
- ROSSA, W. & TRINDADE, L. 2006. Questões e antecedentes da “Cidade Portuguesa”: O conhecimento sobre o Urbanismo Medieval e a sua Expressão Morfológica. *Murphy*, vol. 1.

- SANTOS, M.M.D.D., MENEZES, P.M.L.D. & COSTA, A.G. 2009. Georreferenciamento de mapas históricos: finalidades e procedimentos. *Geografias*, vol. 5, 23-35.
- SCHÜRMAN, B. 1999. Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos *Textos de História*, vol. 7.
- SMITH, M.E. 2007. Form and Meaning in the Earliest Cities: A New Approach to Ancient Urban Planning. *Journal of Planning History*, vol. 6.
- SMITH, M.E. 2009. Ancient Cities. In HUTCHISON, R. Ed. *Encyclopedia of Urban Studies*. Sage.
- SMITH, M.E. 2010. Sprawl, squatters, and sustainable cities: Can archaeological data shed light on modern urban issues?. *Cambridge Archaeological Journal*, vol. 20, 229-253.
- SMITH, M.E. 2011. Empirical Urban Theory for Archaeologists. *Journal of Archaeological Method and Theory*, vol. 18, 167-192.
- SMITH, M.E. 2012. *The Comparative Archaeology of Complex Societies*. Cambridge University Press, Cambridge.
- SMITH, R.C. 1955. Colonial Towns of Spanish and Portuguese America. *Journal of the Society of Architectural Historians*, vol. 14.
- STASKI, E. 1982. Advances in Urban Archaeology. In Schiffer, M.B. (ed.), *Advances in Method and Theory in Archaeology*. Academic Press, New York.
- SYMANSKI, L.C.P. 1998. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. EDIPUCRS, Porto Alegre.
- SYMANSKI, L.C.P. 2003. Arqueologia de Contrato em Meio Urbano no Brasil: Algumas Reflexões. *Habitus*.
- TEDESCO, G.V.D.L. 2009. Do Lado de Lá e do Lado de Cá de Vila Boa de Goiás: Fronteiras Culturais e Espaciais entre negros e brancos no século XIX. *4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba.
- TEIXEIRA, M.C. 1996. A influência dos modelos urbanos portugueses na origem da cidade brasileira. In LEME, M.C.d.S. & CYMBALISTA, R. (Eds.) *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*.
- TEIXEIRA, M.C. 2009. O Patrimônio Urbano dos Países de Língua Portuguesa. Raízes e Manifestações de um Patrimônio comum. *III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto.
- TEIXEIRA, M.C. 2011. Os Modelos Urbanos Brasileiros das Cidades Portuguesas.

- In PESSOTTI, L. & RIBEIRO, N.P. (eds.), *A construção da cidade portuguesa na América*. PoD, Rio de Janeiro.
- TEIXEIRA, M.C. 2012a. As invariantes e as especificidades das fundações urbanas portuguesas. Praia, Ribeira Grande, S. Filipe, Bissau, Cacheu. *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*. Lisboa.
- TEIXEIRA, M.C. 2012b. *A Forma da Cidade de Origem Portuguesa* UNESP / Imprensa Oficial, São Paulo.
- THIESEN, B.V. 1999. *As Paisagens da Cidade: arqueologia da área central de Porto Alegre no século XIX*. Dissertação (Mestrado em arqueologia, PUCRS, Porto Alegre).
- THORPE, R. 2004. The Devil Is In The Detail: Strategies, Methods and Theory in Urban Archaeology. *Digging in the Dirt*.
- TOCCHETTO, F. 2003. Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. *Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, vol. 16, 59-69. São Paulo.
- TOCCHETTO, F. & THIESEN, B. 2007. A Memória Fora de Nós: A Preservação do Patrimônio Arqueológico em áreas urbanas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Dossiê: Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação*. Org. Tania A. Lima, vol. 37.
- TOCCHETTO, F.B. 2005. Joga lá nos fundos!: sobre práticas de descarte de lixo doméstico na porto alegre oitocentista. *Arqueologia Suramericana / Arqueologia Sul-americana*, vol. 1, 49-75.
- TRIGGER, B. 2001. *Early Civilizations: Ancient Egypt in Context*. The American University in Cairo Press, Cairo.
- VELHO, G. 2009. Antropologia Urbana: Encontro de tradições e Novas Perspectivas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, vol. 59.
- WHITEHAND, J.W.R. 2001. British urban morphology: The Conzenian tradition. *Urban Morphology*, vol. 5, 103-109.
- WHITEHAND, J.W.R. 2007. Conzenian Urban Morphology and Urban Landscapes. *6th International Space Syntax Symposium*. Istanbul.
- ZARANKIN, A. 1999. Casa tomada: Sistema, poder y vivienda doméstica. Sed Non Satiata. In ZARANKIN, A. & ACUTO, F. (eds.), *Teoría social en la arqueología latinoamericana contemporánea*. Ed. del Tridente, Buenos Aires.
- ZARANKIN, A. 2002. *Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: o caso de Buenos Aires*. UNICAMP/FAPESP, Campinas.